

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/09/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
AEAAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
AEAP	Mauricio Magossi (T)
ASSEMAE	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S) Tarciani Benedita baia Santos (S)
CETESB	Domenico Tremaroli (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consortio PCJ	Flávio Forti Stenico (T) Francisco Carlos Castro Lahóz (S)
DAE Jundiai	Maria das Graças Martini (T)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T) Felipe Gobet de Aguiar (S)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
P.M. de Campo Limpo	Silvia Rocha (T)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Danielle França Nery (T) Karoline Monaro (S)
P.M. de Jundiaí	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (T)
P.M. de Limeira	Tiago Bacarin Custódio (S)
P.M. de Louveira	Alan Del Rosso (S) Luiz Henrique Dutra Gema (S)
P.M. de Várzea Paulista	Thales Guilherme de Oliveira (S)
SAAE Salto	Alison Henrique Bressiano (T) Sara Corrêa Appendino (S)
SABESP	Bruno Raniely Gonçalves Santos (S) Dario Júlio Silveira Peçanha (S) Hélio Rubéns G. Figueiredo (S) Nilton de Santana (S) Saulo de Assis Maia (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T) Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Mateus Lucas Nardi (T) Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
UNICA	André Elia Neto

Membros ausentes

Entidade
ANA
CATI
IPT
SAA
SEMAE

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Aline Briques
	Carolina Silva
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Cuoco Leo
	Gabriel Sobreira
	Juliana Gonçalves
	Kaique Duarte Baretto
	Karla Romão
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Lilian Cruz
	Livia Modolo
	Luclecia Aparecida S. Martins
	Mariane Amuy
	Mariela Arrizatto
	Nathalia Teles da Silva Corá
	Patricia Barufadi
	Sergio Razera
	Tainá Lima de Moura
	Tony Segatto
	Vanessa Longato
	Victória Carmo
ANA	Cristiano Cária Guimarães Pereira Hilda Renck Teixeira Marco Amorim
ASSEMAE/SANASA	Luís Filipe Rodrigues
CATI/SAA	Denis Silva
Consórcio PCJ	Priscila Marcon Lucas Chaves Moreira
UFSCar	Homel Pedrosa Marques
SABESP	Bruno Sales Bitencourt Costa Caroline Governatori

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 107ª Reunião Ordinária da Câmara

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/09/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ.

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 17 de setembro de 2024. **2. Abertura da 107ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Gustavo Arthur Mechlin Prado, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, a Sra. Raquel Eliana Metzner, representante da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora-adjunta da CT-PB informou que o Sr. Waldemar Bóbbo, presidente do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C), faleceu no dia 21 de setembro, em Rio Claro/SP, aos 89 anos. Diante disso, solicitou a todos um minuto de silêncio. Após a abertura, o Sr. Gustavo Prado prosseguiu com os itens de pauta. **3. Propostas elaboradas pelo GT-Cobrança para a revisão de valores e mecanismos das Cobranças PCJ:** O Sr. André Sanches Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) fez um breve relato sobre as discussões ocorridas na última reunião do GT-Cobrança. Informou que no cronograma ficou acordado que o GT-Cobrança fará mais uma reunião, agendada para o dia 15/10/24, e as propostas apresentadas nessa reunião serão apreciadas em uma reunião conjunta da CT-PB e CT-PL no dia 01/11/24. Na sequência, o Sr. André Navarro apresentou as propostas discutidas na última reunião do GT-Cobrança, sendo: i. aplicação de recursos arrecadados com as cobranças pelo uso da água: a aplicação dos recursos incrementais a serem arrecadados nas cobranças paulista e federal, acordou-se que a redação do Art. 8º ficaria dessa forma: *Os valores incrementais a serem arrecadados em decorrência do aumento dos PUBs [...]serão aplicados em intervenções físicas e projetos integrados previstos como ações prioritárias no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.* O Sr. André Navarro informou que o Quadro 1 (Proposta de

ações do Plano das Bacias PCJ a serem financiadas com recursos adicionais decorrentes da revisão das cobranças) da minuta de Parecer Técnico será incluído no Relatório de Fundamentação da Revisão da Cobrança. Além disso, explicou os ajustes na referência a Programas de Duração Continuada (PDCs) específicos para aplicação dos recursos da cobrança paulista. Em relação a indicadores e instrumentos voltados à avaliação permanente da gestão de aplicação dos recursos da cobrança, foi acatada a redação proposta pela coordenação do GT, com alteração proposta pelos membros, de que a definição de indicadores, a avaliação da performance dos empreendimentos financiados deve ser individual para cada empreendimento (alínea “c” do inciso II, do artigo 7º da minuta de deliberação); ii. revisão de mecanismos de cobrança: apresentou as alterações no coeficiente X_{13} da cobrança paulista e na metodologia de cobrança para transposição (federal e paulista). Após a explicação, os Srs. Hélio Rubens Figueiredo, Bruno Raniery e Dário Júlio Silveira Peçanha, representantes da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) questionaram sobre a alteração proposta na redação do Artigo 8º do Anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/07, de 05/10/2007. Com o objetivo de evitar possíveis ambiguidades de entendimento, sugeriram a retomada da redação anterior, a fim de prevenir erros de interpretação. O Sr. André Navarro informou que na próxima reunião do GT-Cobrança, agendada para o dia 15/10/24, apresentará como proposta a retomada da redação anterior para apreciação dos membros. Em seguida, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ destacou que o instrumento de cobrança existe, principalmente, para regiões de estresse hídrico crônico, para que os valores da cobrança façam com que o consumo fique no limite das possibilidades de atender a demanda, e que a discussão sobre a revisão da cobrança visa pequenos reajustes, distantes do necessário para manter a sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ, previstos no [Plano das Bacias PCJ 2020-2035](#); iii. alterações nos procedimentos operacionais da cobrança federal: Com o objetivo de adequar a redação do inciso III do artigo 1º do Anexo da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078/2007, de 05/10/2007, à nova situação operacional da cobrança federal, o Sr. Marco

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/09/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Amorim, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sugeriu a remoção da redação: “[...] a previsão relativa aos volumes anuais de água captados e lançados a ser medido no ano do pagamento [...]”, mantendo-se em vigor apenas a redação: “O usuário que possuir equipamento de medição de vazões aceito deverá informar à ANA, até data a ser definida por meio de Resolução específica da ANA, os volumes efetivamente medidos no ano anterior. (NR)”. Complementando, sugeriu revogar os itens do § 4º do artigo 1º e o artigo 11 do Anexo da Deliberação, que tratam de compensação de valores previstos medidos, bem como, o número de parcelas e valor mínimo de cobrança; iv. revisão de preços públicos unitários (PPUs) e preços unitários básicos (PUBs): O Sr. André Navarro informou que com relação ao cenário alternativo, houve um consenso com o grupo em levar esse cenário para o parecer técnico, a qual será avaliada pela CT-PB e CT-PL; v. recomendações: o Sr. André Navarro destacou a campanha de divulgação e da disponibilização do simulador para os usuários, consulta ao CRH sobre aplicação de mecanismo proposto para a cobrança federal da transposição, operacionalização do financiamento reembolsável, e a atualização das normas de cobrança no Estado de São Paulo. Informou as propostas enviadas após a 12ª Reunião GT-Cobrança, em que serão discutidas e apreciadas pelos membros na próxima reunião do GT: a) mecanismo diferenciado de pagamento para a cobrança federal (abatimento); b) inserção de valor diferenciado para uso “transposição de bacias” no coeficiente ponderador X4 (“grau de regularização assegurado por obras hidráulicas”); c) retorno da redação anterior da fórmula da cobrança da transposição por faixas; d) alterações em mecanismos da cobrança rural (eliminar diferenciação por tecnologia de irrigação) e de cálculo de lançamentos (eliminar K_{PR}); e) descrição dos PUBs revisados em Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP). Após as explicações, o Sr. André Navarro informou que será encaminhado aos membros da CT as minutas de Parecer Técnico e de Deliberação, para ciência e avaliação (propostas consensuais até 12ª Reunião do GT-Cobrança), e a versão final será enviada no material de reunião conjunta da CT-PB e CT-PL, prevista em 01/11/24. Concluindo, apresentou o cronograma para discussões na CT-PB, CT-

PL e Plenários e das etapas da campanha e disponibilização do simulador. **4. Aprovação da minuta da ata da reunião anterior:** Um dos papéis fundamentais do coordenador-adjunto, conforme previsto no Regimento Geral das Câmaras Técnicas, além de auxiliar o coordenador na condução dos trabalhos é o de substituí-lo, nesse sentido, a Coordenadora-adjunta Raquel Eliana Metzner, explicou que conduziria a reunião no lugar do coordenador Gustavo Arthur Mechlin Prado, em virtude de um problema técnico. Em seguida, a Sra. Raquel informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo, sendo apresentadas as contribuições enviadas por e-mail pelo Sr. Dario Júlio Silveira Peçanha, representante da Sabesp. Em seguida, o Sr. André Elia Neto, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) solicitou que fosse verificado se realmente houve ausência da UNICA na reunião anterior. Nesse sentido, a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) informou que iria verificar e encaminharia as informações por e-mail. Não havendo mais manifestações, a Sra. Raquel submeteu aos membros a minuta com as alterações para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a ata da 106ª Reunião Ordinária, realizada em 23/07/24, por videoconferência. **5. Resultados parciais do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano para o ano 2024:** A Sra. Raquel convidou a Sra. Katia Cezarino, da equipe da Coordenação de Sistemas de Informações (CSI) da Agência das Bacias PCJ para apresentar a minuta dos resultados parciais do relatório de acompanhamento da implementação do Plano das Bacias PCJ (PBH-PCJ) 2020 a 2035, ano de análise 2024. Informou que o Plano das Bacias PCJ foi aprovado em 2020, em que contempla com 6 (seis) temas estratégicos, 19 (dezenove) eixos temáticos, 46 (quarenta e seis) programas e 120 (cento e vinte) ações no horizonte de 2020 a 2035. Na sequência, apresentou um breve histórico do relatório, o objetivo, e explicou a metodologia e avaliação do Plano de Ações PCJ.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/09/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Apresentou um balanço do status de execuções das ações previstas no Plano de Ações PCJ, destacando que há um total de 68 (sessenta e oito) ações em execução, número expressivo em relação ao total 120 (cento e vinte) ações, ou seja, por volta de 56,6% (cinquenta e seis por cento e seis décimos) das ações previstas pelo Plano de Ações PCJ e cerca de 59% (cinquenta e nove por cento) das ações avaliadas 114 (cento e quatorze). A partir das notas obtidas por cada ação, foram calculadas as médias (índices) de cada Programa, Eixo Temático, Tema Estratégico, calculando desta forma o Índice Global de Avanço do PBH-PCJ para o ano de 2024. O índice global previsto foi de 46,4% (quarenta e seis por cento e quatro décimos) e o avanço realizado foi de 36,9% (trinta e seis por cento e nove décimos). A Sra. Kátia informou que as evidências de execução das ações previstas pelo PBH-PCJ 2020 a 2035 e o detalhamento das ações encontram-se disponíveis em documentos internos de execução de contratos, relatórios internos de atividades e/ou em plataformas de acesso público, como o [site](#) da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ. Em seguida, a Sra. Carolina Oliveira, da equipe CSI/Agência PCJ apresentou as metas do setor de saneamento. Apresentou o cenário dos municípios com as metas previstas para 2025. Informou que os indicadores analisados foram perdas a distribuição, coleta, tratamento e eficiência (demanda biológica de oxigênio, fósforo, nitrogênio, coliformes) de esgoto. A Sra. Carolina apresentou mapas da avaliação do progresso no atendimento das metas de coleta/tratamento de esgoto previsto para 2025 dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e a avaliação do progresso no atendimento das metas de eficiência na remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Mencionou que não foi realizada análise das metas referentes aos índices de eficiência para remoção de fósforo, nitrogênio e coliformes, previstas pelo PBH-PCJ. Na sequência, a Sra. Carolina apresentou a projeção da população urbana e rural presente nas Bacias PCJ, mostrando a estimativa da população total contida em 2024. Além disso, apresentou um mapa da situação atual dos municípios com população acima do projetado no ano de 2024, expressa por porcentagem e número de habitantes. Após a apresentação, informou que os membros teriam até 24/10/2024 para alterações e

correções na minuta do relatório de acompanhamento, sendo atualizada posteriormente pela CSI e apresentada na próxima reunião da CT-PB. Informou que até dezembro/24 será validado os dados e atualizações pontuais necessárias, e em janeiro/2025 o relatório será publicado. Após a apresentação, a Sra. Raquel agradeceu e abriu espaço para dúvidas. Em relação à Bacia do rio Jundiá, o Sr. Domenico Tremaroli, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) comentou que as metas do Plano não são suficientes para atender aos padrões de qualidade do rio. Destacou a ausência de cargas no Plano de Bacias, o que é um assunto a ser considerado e discutido posteriormente. Complementando, o Sr. Eduardo Léo, coordenador da CSI/Agência PCJ sugeriu incluir na próxima reunião da CT-PB a revisão do processo do Plano de Bacias. Ressaltou que, em 2025, será concluído o primeiro ciclo de avaliação das metas e, a partir de 2026, deverá ser firmado um contrato para um novo processo de trabalho, com o objetivo de iniciar a revisão do Plano de Bacias para o segundo período de implementação. Reforçou que será importante observar o conjunto normativo sobre o Plano de Bacias, especialmente o que é estabelecido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH/SP) e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Informou que existem situações em que ainda é possível agir dentro da margem para fazer gestões, justamente no sentido de remoção de cargas no caso do rio Jundiá, como uma deficiência, em que uma das conclusões destacadas no relatório é a coleta de esgoto. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ fez uma breve contextualização sobre o tema e explicou a situação de Americana e Sumaré, destacando que a condição local tem causado diversos problemas na oxigenação de alguns trechos dos rios. Em seguida, reforçou a importância da revisão das metas, ressaltando a expectativa da população em relação à gestão dos Recursos Hídricos. Na sequência, os membros discutiram sobre o assunto e, como encaminhamento, foi sugerido a criação de um grupo de trabalho transitório ou um grupo de discussão em conjunto com a CETESB para aprofundar a análise sobre o assunto. **6. Informes:** Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **6.1. da coordenação:** a) A Sra. Raquel informou que a 108ª Reunião Ordinária da CT-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/09/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

PB está prevista para ocorrer no dia 26/11/2024, de forma presencial, com o local ainda a ser definido. Nessa data será realizado o evento da CT para a apresentação do simulador da cobrança pelo uso da Água; **b)** Informou que o Consórcio PCJ enviou a todos um convite para uma reunião, a ser realizada no dia 26/09/2024 em Americana/SP, na qual será feita uma homenagem póstuma ao Sr. Waldemar Bobbo. **6.2. dos membros:** A Sra. Raquel questionou os membros sobre os informes, mas não houve solicitações. **6.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ:** **a)** A Sra. Laice Correia, da equipe CSI/Agência PCJ apresentou um breve informe sobre o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (POA-PCJ). Explicou que o POA é um instrumento orçamentário vinculado ao Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) 2021-2025 que detalha as ações a serem executadas anualmente, tanto de investimentos quanto de custeio administrativo da Agência PCJ. Explicou que nos últimos meses, a atualização do Plano para o ano de 2025 é feita com o levantamento dos dados financeiros de 2024, sendo o que foi previsto e efetivado (contratações). Informou que foram realizadas discussões com as áreas da Agência PCJ para verificar o status das contratações de 2024, além de um remanejamento de ações e recursos para 2025. Foram realizadas reuniões com a Diretoria da Agência PCJ para implementar ajustes orçamentários e atualizar o POA para o próximo exercício (POA 2025). Destacou que o fechamento da proposta com a Diretoria da Agência PCJ deve ocorrer em outubro, para que, em novembro, seja feita a análise e aprovação da minuta de deliberação junto à CT-PB e CT-PL, e em dezembro, a análise e aprovação final pelos Plenários; **b)** A Sra. Laice informou ainda, sobre o Relatório de Situação 2024, instrumento de avaliação da eficácia do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, conforme a Lei estadual nº 7.663/1991. Acrescentou que no dia 12/09/24 foram disponibilizados os dados parciais do CRHi, referente ao ano base de 2023. Informou que foi realizada avaliação preliminar dos dados recebidos para iniciar os trabalhos de elaboração do relatório. Em outubro de 2024, será feita a estruturação do relatório e a inserção dos dados remanescentes, a serem fornecidos pelo CRHi, além da apreciação e aprovação do relatório

nos âmbitos da CT-PB, CT-PL e Plenária, entre os meses de novembro e dezembro de 2024, com prazo final para entrega ao CRHi em 31/12/24. **6.4. da Secretaria Executiva (SE) dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) iniciou os informes, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: i. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) Diretoria Regional de Bragança Paulista: indicação do Sr. Michele Consolmagnò como representante titular e inclusão do Sr. Luis Bernardino Arnal de Barrio como representante suplente; ii. Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE): indicação da Sra. Dalva Bueno de Camargo Odorisi como representante titular e a inclusão dos Srs. Marcos Aurélio Tiago de Oliveira e Rômulo Mota Teixeira como representante suplente. Solicitação de saída do Sr. Hugo Marcos Piffer Leme em virtude de aposentadoria; iii. Saneamento Básico Vinhedo (Sanebavi): solicitação de remoção do Sr. Dirceu Alves Machado Junior; **b) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ está organizado o 5º Webinar "Conversando sobre o Rio Jundiá – Nosso papel na despoluição". O evento irá ocorrer dia 23/09/24, *online*, pela plataforma YouTube. Inscrições podem ser realizadas por meio do [link](#) disponível no site dos Comitês PCJ na seção "[Eventos](#)". **7. Outros assuntos:** A Sra. Raquel questionou os membros sobre outros assuntos. Não havendo manifestações prosseguiu. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, a Sra. Raquel Metzner, coordenadora-adjunta da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador da CT-PB

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora-adjunta da CT-PB